

Editorial

A Cidade é ainda um dos referentes primaciais do actual contexto social, cultural e político. Avaliado de modo positivo ou na sua aparente negatividade, em termos explícitos ou inconscientemente sublimado, assumido literalmente ou em adjectivações informes, difusas e fragmentadas, esse referente acaba por se tornar omnipresente e irrecusável. É certo que esse referente tem vários nomes, cada um deles pretendendo-se hegemónico em relação aos restantes. E, no entanto, é muitas vezes a função principal da Cidade que é então designada. Foi assim com as cidades globais, ou com as cidades duais, em que se destacava o papel predominantemente assumido em distintas escalas de referência. Ou então era a respectiva configuração territorial que nomeava esse referente e daí as cidades-metrópoles ou as cidades-região. Ou ainda se questionava a equidade social ou o equilíbrio ecológico daquelas entidades, nomeando-se, então, as cidades consoante o respectivo grau de coesão interna e de segmentação social, na primeira situação, ou de acordo com os correspondentes níveis de sustentabilidade ambiental e urbana, no segundo caso. Ou, mais recentemente, nomeavam-se as cidades consoante as condições e os estímulos à sua eventual criatividade urbana, num quadro de progressiva competitividade dos territórios. Como é evidente, não se trata de um jogo de palavras, multiplicando aquelas e outras nomeações como mero entretenimento intelectual e académico. À sua maneira, cada uma dessas adjectivações procura ir ao encontro das próprias transformações económicas, sociais e culturais, no contexto das quais a Cidade assume, quase sempre, a centralidade de um protagonismo expresso ou implicitamente activo. O que estará, pois, em discussão é o desafio da desconstrução de tantas nomeações, não numa busca especulativa de uma qualquer “essência” urbana, mas fundamentalmente na ilustração dos processos de identificação e de caracterização dessas entidades que continuamos a designar de Cidades.

A longa epígrafe anterior constituiu o texto de referência enviado à generalidade dos autores deste número de *Cidades* e que, de algum modo, não deixou de estar presente nas respectivas abordagens. Como é evidente, não se tratou de um “guia orientador” das futuras colaborações, mas tão só um texto de reflexão sucinta, acentuando o objecto particularmente privilegiado no presente número, de resto coincidente com a própria designação da revista. Realmente, se a cidade é ainda um dos referentes primaciais do actual contexto social, cultural e político, como então se disse, a ênfase que se destacava correspondia, basicamente, a sublinhar essa mesma centralidade. Claro que havia alguns riscos de aparente tautologia, dada aquela mesma vocação de *Cidades*, mas existe um factor acrescido que, julga-se, neutraliza aquela suposta redundância: a revista *Cidades* perfaz dez anos com a presente publicação!* Tal efeméride parece ser

uma razão mais que justificada para um regresso às “origens”, numa revisitação não propriamente nostálgica, bem pelo contrário, mas para uma reflexão conjunta desse mesmo objecto – nalguns casos tomado na sua configuração territorial – no contexto actual e futuro das cidades.

O artigo de Francesco Indovina, *Dispersão da Urbanização no Território: perspectivas e desafios*, abre, claramente, o debate que se pretendia. Com efeito, a tese deste texto pode ser sintetizada no seguinte aforismo: as cidades têm vindo a mudar a sua configuração territorial e a sua morfologia espacial, mas é a sua condição urbana a referência principal e constitutiva dessas mesmas entidades civilizacionais. Assim, para além das várias designações que as cidades têm vindo a ter (algumas das quais iremos constatar, precisamente, ao longo desta publicação), designações que, ao fim e ao cabo, procuram ilustrar as próprias transformações

*De destacar que, a par da publicação do presente número duplo de *Cidades. Comunidades e Territórios*, está prevista a realização de um Colóquio (no ISCTE-IUL, a 15 de Dezembro de 2010), subordinado ao mesmo tema e que designámos *Da Cidade ao Território: à Procura do Espaço Perdido*. Deste modo, a efemeridade em causa será celebrada por estas duas iniciativas, que se desejam complementares entre si.

económicas, sociais e culturais polarizadas ou mesmo desencadeadas por essas entidades, existe algo não propriamente “essencial”, mas sem dúvida fundador e intrinsecamente constitutivo das cidades, através da respectiva condição urbana. Trata-se de uma noção determinante, de resto presente na vasta obra publicada pelo autor, sobretudo nos últimos anos, que nos ajuda a romper com falsas dicotomias, por exemplo sobre a suposta irreduzibilidade entre a “cidade compacta” e a “cidade difusa” ou sobre uma imaginada incompatibilidade entre a “cidade intramuros” e as “deserdadas” periferias do respectivo território. Ao fim e ao cabo, é no quadro desta mesma referenciação territorial (formulada e desenvolvida pelo autor desde os anos 70 do século passado) que aquela condição urbana se assume como constitutiva e identificadora das cidades, independentemente das respectivas transformações económicas, sociais, culturais e políticas.

Os dois textos seguintes, aprofundando o tema aqui em debate, situam-se, no entanto, numa problemática inovadora nesta revista, decorrentes de um mesmo projecto de investigação. Desde logo, o artigo de João Seixas e de Pedro Costa, *Criatividade e Governança na Cidade Contemporânea. A conjugação de dois conceitos poliédricos e complementares*, posiciona teórica e empiricamente, de modo necessariamente sucinto, a problemática da governança sociopolítica e cultural no quadro das dinâmicas criativas desencadeadas em meio urbano. Como destacam os próprios autores, procura-se não só identificar as diferentes perspectivas em torno daqueles conceitos, mas também as condições estruturantes e metabólicas para o desenvolvimento sustentado de criatividade na cidade de hoje. Estamos, portanto, perante um debate estimulante em torno de uma nova (?) noção do objecto privilegiado nesta publicação, concretamente sobre a criatividade urbana e, particularmente, sobre as ditas cidades criativas. Acresce que um tal debate não é meramente ensaístico (e daí a sustentação em material empírico expressamente recolhido no referido projecto de investigação), mas sobretudo ele é equacionado em função das formas e modalidades de governança urbana que a respectiva investigação acabou por identificar e analisar.

O artigo seguinte, inserido, como se disse, no mesmo projecto de investigação do texto anterior, de Luís Balula, *Espaço Público e Criatividade Urbana. A dinâmica dos lugares em três bairros*

culturais, retoma, portanto, a problemática da criatividade urbana, mas articulando-a, agora, com uma abordagem analítica dos espaços públicos na/da cidade. Ou melhor e mais especificamente, como o autor sublinha, é a partir do debate sobre o espaço público e a esfera pública (conceitos não propriamente coincidentes) que se insere e se desenvolve a discussão sobre a vitalidade das cidades e particularmente sobre a criatividade urbana. Num tal quadro analítico, o texto centra-se, então, em três estudos de caso correspondentes a três bairros geográfica e culturalmente distintos (situados em Lisboa, Barcelona e São Paulo). No final do percurso descrito, o autor conclui, então, que a competitividade de um território, entendido como um ecossistema complexo, prossegue formas inovadoras sem perder a continuidade com a tradição e as formas do passado.

Segue-se, depois, uma abordagem inovadora, à descoberta de uma original designação da cidade. Efectivamente, o texto de Álvaro Domingues, *A Rua da Estrada*, abre uma sugestiva perspectiva e uma nova designação de um território “à procura de uma identidade urbana”, poderíamos dizê-lo. Em todo o caso, estamos perante novas aglomerações espaciais, resultantes, segundo o autor, da radicalidade, da complexidade e da rapidez das mudanças introduzidas no território, alterando, também, a forma como a sociedade se territorializa, num processo que se poderá designar de urbanização. E o autor remata, afirmando que essa urbanização decorre, de facto, de uma dupla metamorfose resultante da falência da dicotomia rural-urbano. Ou seja, diríamos nós, estamos perante um território que já não é rural, (ainda?) não é urbano, mas que configura novas aglomerações “ao longo da estrada”! Todo o artigo é amplamente acompanhado de imagens, ilustrando a abordagem em causa e constituindo, desse modo, uma segunda chave de leitura da tese em discussão.

Continuando a questionar as configurações e os conteúdos que as cidades têm vindo a assumir, o texto seguinte, de Isabel Guerra, *A Cidade Sustentável*, insere-se claramente nesse debate. Em rigor, a autora discute menos o enunciado titular do seu artigo, preferindo antes pôr em confronto problemas de sustentabilidade entre dois “modelos” de cidade: a “cidade compacta” e a “cidade difusa”. Trata-se de um debate fecundo, sobretudo porque não se limita a uma discussão meramente académica e

científica, antes pelo contrário, todo o texto está direccionado no sentido de um questionamento sobre a operacionalidade (sustentável?) de instrumentos de intervenção territorial, face àquelas duas realidades urbanas bem distintas, ainda que, dizemos nós, estreitamente complementares entre si. Claro que a autora tem “preferências”, mas isso só estimula, precisamente, a polémica em relação ao debate actual sobre aqueles dois “modelos”, debate que, significativamente, aparece em muitos dos textos aqui publicados.

De modo um tanto complementar, sob o ponto de vista conceptual e analítico, em relação ao texto anterior, o artigo de Glenda Dimuro Peter e Esteban de Manuel Jerez, *Comunidades en Transición. Hacia otras prácticas sostenibles en los ecosistemas urbanos*, põe em confronto os fenómenos sociais e urbanos com os ecológicos, num entendimento em que os sistemas humanos na cidade podem ser entendidos como ecossistemas urbanos. Sem dúvida que a polémica anteriormente referida se mantém, ainda que, neste caso, o ponto de partida dos autores seja o de considerarem que os sistemas naturais podem ser as chaves para a prática do conceito abstracto de sustentabilidade nas cidades. Nessa medida, haverá certamente alguns riscos de “naturalização” dos fenómenos sociais e urbanos, sem embargo de se admitir que a sistematização e a discussão de um conjunto alargado de critérios de sustentabilidade, avançada pelos autores, constituem uma ampla base de tópicos para, precisamente, aprofundar o debate entretanto reaberto.

Alargando, então, o debate, mas também o objecto central de referenciação, agora reportado à noção de território, o artigo de Gilberta Rocha e de Eduardo Ferreira, *Territórios e Dinâmicas Migratórias nos Açores*, constitui uma novidade nesta revista, dado tratar-se, pela primeira vez, da publicação de um estudo sobre os Açores. Como sabemos, a noção de território, na presente situação, é simultaneamente descontínua e agregadora, numa dupla condição (fonte inesgotável de um já longo debate sobre o estatuto identitário do arquipélago) que aqui aparece problematizada em torno da respectiva mobilidade suscitada e polarizada pelas suas nove ilhas. Num tal contexto analítico, os autores apresentam uma perspectiva integrada e sintética sobre as principais dinâmicas migratórias que atravessam e que caracterizam o arquipélago, bem como sobre o seu impacto num território

fragmentado, internamente distinto, mas com um referente global bem identificado.

Com o artigo de Graça Índias Cordeiro, *As Cidades Fazem-se por Dentro: desafios de etnografia urbana*, regressamos ao tema das cidades, que embora situado numa determinada perspectiva disciplinar, não deixa de se abrir para outras áreas das ciências sociais. O texto mantém um carácter ensaístico, embora ilustrado com alguns casos empíricos que a autora entretanto investigou, nomeadamente no quadro da sua carreira académica. Aquela dimensão ensaística é sobredeterminada, no entanto, por uma questão metodológica de fundo, concretamente sobre a selecção das unidades de observação, que é ainda um modo de colocar o problema da definição do respectivo objecto de estudo. Ou melhor, sintetizando, tendo em conta o enfoque disciplinar privilegiado, como é que o estudo de partes ou fragmentos de cidade se pode transformar em conhecimento da cidade. Eis o desafio com que a autora se confrontou e que não deixa também de nos confrontar.

Situado, também neste caso, no debate sobre as cidades, o artigo de João Pedro Silva Nunes, *Dos Subúrbios Cívicos aos Subúrbios Metropolitanos. Estrutura de povoamento e morfogénese da Metrópole de Lisboa (1950-2001)*, propõe uma discussão sobre espaços considerados, na generalidade, como “periféricos”, mas efectivamente inseridos num território mais amplo, concretamente na Metrópole de Lisboa. Numa abordagem analítica e empírica da estrutura de povoamento e dos processos de urbanização, na segunda metade do século XX, dos espaços suburbanos daquele território, o autor centra-se no conceito de morfologia urbana para, a partir daí, descrever e ilustrar a constituição da Metrópole de Lisboa, enquanto forma espacial e socialmente específica. Num tal enquadramento, grandemente determinado pelo sistema de mobilidade, foi possível, então, destacar e caracterizar as diversas etapas que estiveram na origem daquela formação metropolitana.

Poder-se-ia dizer, por fim, mas não menos importante, o artigo de Alexandra Castro e Marta Santos, *Na Busca de Consensos para a Promoção da Coesão Social: o percurso profissional de mediadores municipais ciganos*, introduzindo uma problemática distinta dos textos anteriores, faz-nos regressar a um tema bem actual, em especial no quadro europeu, que, de resto, tem sido abordado nesta revista nos

últimos anos. Estamos, contudo, perante uma discussão original, uma vez que se procura analisar as potencialidades e os constrangimentos da presença desta figura do Mediador Municipal, que, no caso da comunidade cigana, tem um papel importante de mediação intercultural na promoção da coesão social. Deste modo, tentando contrariar estereótipos e preconceitos em relação aos processos de integração de uma minoria específica, as autoras, a partir de informação empírica expressamente recolhida e da avaliação do papel representado pelos diversos agentes envolvidos, apresentam uma sistematização dos factores críticos sobre a eficácia daqueles processos de intervenção social.

Na estruturação das diversas colaborações deste número de *Cidades*, considerou-se pertinente criar uma nova rubrica que designámos de *Depoimentos*. Realmente, o texto de Vítor Matias Ferreira, *A Cidade*, não é um artigo, nem um ensaio, mas tão só um

testemunho (cujas razões aparecem devidamente explicitadas no intróito desse texto). Complementarmente, a revista inclui ainda, como de costume, a rubrica de *Ensaíos*, com dois pequenos textos que, como se verá, estão estreitamente associados entre si – concretamente, os textos de V. Matias Ferreira, *Lisboa. Memória e Projecto* e de Francesco Indovina, *Lisbona. Mutamento e persistenza*. Segue-se ainda a Rubrica *Recensões*.

Finalmente, apresenta-se a Rubrica *Notícias*, em que se dá conta, esquematicamente, da publicação em Itália de uma edição (que inclui os ensaios anteriormente referidos), exclusivamente dedicada a Portugal e coordenada por Bruno Pelucca, *Progetto e Territorio: la via portoghese*. É ainda referida nesta rubrica a Conferência Internacional *Cidade em Transição*, organizada pelo DINÂMIA-CET.

Vítor Matias Ferreira